

A eleição segura o golpe

VILLAS-BÔAS CORRÊA*

Não há golpe em ano de eleição. Esta é a regra do bom senso e a lição da experiência. Como todas as regras, o complicador das exceções não a desmente; antes é sua confirmação com os penduricalhos das dúvidas. A crise institucional que se armou num cenário de vazios, de desacertos, de falta de lideranças e, em doses duplas, de sensibilidade política, arrasta a cauda de apreensões pela sua evidente gravidade e a projeção das consequências.

Ninguém quer golpe fora dos bolsões radicais, desafetos da democracia, sempre atentos para aproveitar as brechas e propor as soluções estapafúrdias da ditadura a prazo curto, só para a limpeza do terreno, preparando-o para a sementeira de um regime forte, centralizador e solidamente direitista. Com eleições, é claro, para o carimbo da legitimação. Então, o que aconteceu de repente para justificar o estouro do conflito entre o Executivo, de um lado, com o apoio dos militares e da opinião pública e, de outro, o Judiciário e o Legislativo, imprensados pela indignação da sociedade?

A busca inútil de motivo razoável, nítido, identificável a olho nu, sugere um desses quiprocôs que se enreda no novelo de equívocos e embaraça em nó de difícil desate. É evidente que o STF não teve a mais remota intenção de afrontar ao presidente Itamar Franco ou de desmontar o plano econômico do ministro Fernando Henrique Cardoso. Os pronunciamentos do ministro Otávio Galloti, presidente do STF, e as notas aprovadas pela unanimidade dos seus membros refletem nas entrelinhas a perplexidade pela reação considerada desabrida e injusta do governo e da imprensa. Assim como quem, desavisado, entra em roda de cascudos e se surpreende, sem entender o que está acontecendo.

Não é preciso mais para perceber que o isolamento da cúpula do Judiciário cavou fundo o poço do choque. A explicação singela de que a decisão administrativa simplesmente aplicou o que determina a Medida Provisória 434 à correção dos vencimentos constitucionalmente irredutíveis dos ministros e dos funcionários não considera as peculiaridades da crise econômica e as dificuldades do governo para conter a onda de reivindicações de funcionários, de trabalhadores, de militares.

Muito mais fácil entender a escalada de veemência verbal do presidente Itamar Franco, mesmo quando passa da conta e agrava o desentendimento a extremo quase incontornável. Itamar começou falando para dentro, dando seu recado ao público fardado e tentando frear a avalanche de greves, passeatas e recursos de quantos, e muito justamente, se sintam discriminados pelos privilégios com que magistrados e parlamentares, em botes de mão, intentaram conceder-se.

A esta altura, o desvario da Câmara dos Deputados pode ser considerado como virtualmente contornado. O Senado, com a experiência da senectude e a vantagem do prazo para avaliar repercussões, prepara-se para pregar, hoje, a meia-sola corretiva da manutenção do veto presidencial que os deputados, na ciranda da insânia, derrubaram em sessão de quórum espantoso. De qualquer modo, o mal está feito e a corrigenda apenas evita o pior.

O Senado se encarregará

Voltemos a Itamar. Pois o presidente curti as ansiedades de instante particularmente tenso na corda bamba e frouxa da indefinição. Seu governo não estava dando certo, desperdiçando tempo irrecuperável e dilapidando o capital de simpatia popular com que foi acolhido, ao ser convocado para tampar o oco deixado pelo ex-Collor, despedido pelo Congresso lambuzado da cabeça aos pés com a lama que espirrou dos escândalos da quadrilha que liderava com o comparsa PC Farias.

No desespero, em ano eleitoral, véspera da campanha que o excluía, condenando-o à purgação da imparcialidade, a rodinha do seu destino fechou o giro ofertando mais uma chance. O presidente apostou tudo no ministro Fernando Henrique, engolindo os sapos da ascensão do virtual primeiro-ministro. E, sem espaço para recuo, suportou os trancos das dúvidas interiores e de propostas embrulhadas no plano ministerial que contrariavam posições e compromissos da longa e discreta carreira política.

O atropelo simultâneo do plano controvertido, na hora mais delicada da negociação com o Congresso e com a área sindical em polvorosa, jogou o presidente no aconchego da farda: os militares pegaram o pião na unha, inconformados com o rateio dos privilégios entre os aquinhoados com os mais altos vencimentos da República.

Itamar olhou em volta e, desafogando as aperturas do coração, descobriu que não estava só. No caso, muito bem acompanhado. Até onde a vista alcança, na visão entre a realidade e o sonho, Itamar enxerga a multidão que fecha com ele, mesclando a indignação da sociedade com o surdo protesto dos quartéis, vocalizado pelos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Portanto, até aqui, no conveniente enquadramento hierárquico.

No transe da crise, o presidente Itamar reconforta-se com o reencontro com a opinião pública. O diabo é que souu a hora, um tanto tardia, de buscar a solução. Enquanto é tempo de soldar os cacos da louça estilhaçada e varrer o pó para debaixo do tapete.

Como o presidente não tomou a iniciativa do entendimento, e proibiu os ministros de percorrer o caminho em busca da saída, os presidentes do Senado e da Câmara atravessaram a Praça dos Três Poderes e abriram uma fenda no muro, em longa reunião com o ministro Galloti.

Conversando, a fórmula aparece. Mesmo que não seja a da partilha do desacerto para o acordo na divisão do prejuízo: nem 20 nem 30, mas dia 25 para o pagamento do Judiciário. O que não tem conserto são as seqüelas do episódio lamentável. Mais alguns pontos na rejeição popular ao Congresso; rachou o cristal da redoma do STF. E fica no ar o ressentimento pelos agravos cruzados que deixam marcas na pele — as marcas das cicatrizes.

* Repórter político do JORNAL DO BRASIL

de aplicar a meia-sola corretiva no desvario da Câmara.